

Memória e cidade: contribuições à gestão do patrimônio cultural

Memory and city: contributions to the cultural heritage management

Memoria y ciudad: contribuciones para la gestión del patrimonio cultural

Letícia Peret Antunes Hardt¹

Carlos Hardt²

Marlos Hardt³

¹ Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em Paisagismo pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), mestre e doutora em Engenharia Florestal (Conservação da Natureza / Paisagem Urbana) pela UFPR. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, coordenadora do curso de especialização em Arquitetura da Paisagem e professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-PR. Líder do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais (PUC-PR / CNPq). Bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa.

² Arquiteto e urbanista pela UFPR, especialista em Coleta e Tratamento Científico de Informações pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IpardeS), bem como em Paisagismo e em Gestão Técnica do Meio Urbano pela PUC-PR, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Metrópole) pela UFPR. Pesquisador e ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo e coordenador da Área Estratégica de Cidades da PUC-PR. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais (PUC-PR / CNPq).

³ Arquiteto e urbanista pela PUC-PR, com intercâmbio na Università degli Studi di Ferrara (Itália), especialista em Gestão Técnica do Meio Urbano pela PUC-PR e pela Université de Technologie de Compiègne (França) e em Projeto de Arquitetura Sustentável pela Universidade Regional de Blumenau (Furb), mestre em Gestão Urbana pela PUC-PR, com intercâmbio na Yokohama National University (Japão), doutorando no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da PUC-PR. Coordenador adjunto do curso de especialização em Arquitetura da Paisagem e professor assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-PR.

Resumo: Este estudo parte do pressuposto da cidade como um espaço de memória, como um lugar de representação simbólica de tempos pretéritos, materializados na herança remanescente na era atual e interpretados como importantes referências para períodos posteriores. Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa consiste em sistematizar contribuições à gestão do patrimônio cultural urbano. Baseada em estrutura múltipla de métodos, a investigação adota procedimentos exploratórios, descritivos, analíticos e prescritivos, sendo organizada em quatro fases principais, as quais resultam em fundamentos teóricos sobre a temática, em reflexões sobre lições do passado, em constatações acerca de realidades do presente e em interpretações de perspectivas do futuro. Conclui-se, assim, que as relações espacotemporais incidentes sobre bens patrimoniais são decorrentes de permanentes articulações entre atores sociais.

Palavras-chave: memória; cidade; cultura; patrimônio; gestão.

Abstract: This study assumes the city as a space of memory, as a place of symbolic representation of past times, materialized on the remaining heritage in the current era and interpreted as important references for subsequent periods. In this context, the general objective of the research is to systematize contributions to the urban cultural heritage management. Based on multiple structure of methods, the investigation adopts exploratory, descriptive, analytical and prescriptive procedures, and it is organized in four main phases, which result in theoretical foundations on the thematic, reflections on lessons from the past, findings on the realities of the present and interpretations of the future perspectives. It is concluded, therefore, that the incident spatiotemporal relations on patrimonial assets are due to permanent articulations between social actors.

Keywords: memory; city; culture; heritage; management.

Resumen: El presente estudio parte de la premisa de la ciudad como un espacio de memoria, como un lugar de representación simbólica de tiempos pasados, materializados en la herencia remanente en la era actual e interpretados como referencias importantes para períodos posteriores. En este contexto, el objetivo general de la investigación es sistematizar contribuciones para la gestión del patrimonio cultural urbano. Basada en estructura múltiple de métodos, la investigación adopta procedimientos exploratorios, descriptivos, analíticos y prescriptivos y está organizada en cuatro fases principales, que resultan en fundamentos teóricos sobre la temática, en reflexiones sobre lecciones del pasado, en constataciones acerca de realidades del presente y en interpretaciones de perspectivas del futuro. Se concluye, así, que las relaciones espacio-temporales incidentes sobre bienes patrimoniales se derivan de permanentes articulaciones entre actores sociales.

Palabras clave: memoria; ciudad; cultura; patrimonio; gestión.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As profundas alterações decorrentes dos modelos adotados pelos países desenvolvidos e impostos às nações em desenvolvimento têm nas cidades a origem de algumas das suas principais causas. Nessa conjuntura, o acentuado processo de urbanização vem provocando mais modificações ambientais e socioculturais do que qualquer outra atividade do homem em toda a sua existência (HARDT, 2000).

Como sobreposição de várias épocas de vivência (SANTOS, 2008a), a cidade pode ser interpretada como um espaço memorial, repleto de símbolos de períodos pretéritos,

representados em bens patrimoniais na atualidade, a qual, por sua vez, comporta referências para eras posteriores. Contudo o crescimento acelerado dos tecidos urbanizados e a intensiva ocupação do solo urbano contribuem, progressivamente, para a destruição – parcial ou total – de bens tangíveis e intangíveis da humanidade, comprometendo os conteúdos da memória individual e coletiva da sociedade (HALBWACHS, 2006; LE GOFF, 2013).

Diante dessas assertivas, o objetivo geral da pesquisa consiste em sistematizar contribuições à gestão do patrimônio cultural das cidades. Para tanto, a investigação é desenvolvida com base em procedimentos exploratórios, descritivos, analíticos e prescritivos, sendo organizada em quatro fases principais. Em um primeiro momento, são tratados os fundamentos teóricos acerca da cidade e da memória. Em seguida, reflexões sobre lições do passado conduzem à observação da “memória da cidade” e indicativos sobre realidades do presente configuram a situação contemporânea da “memória na cidade”. Por fim, interpretações sobre tendências do futuro preconizam as perspectivas da “cidade na memória”.

CIDADE E MEMÓRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Conforme Lefebvre (2004), a cidade corresponde ao processo físico-territorial de conformação do ambiente construído – real –, sendo o termo “urbano” relacionado ao fenômeno social, econômico e institucional – abstrato – que extrapola os limites daquele meio. Em termos clássicos, o filósofo grego Aristóteles já definia o espaço como a inexistência de vazio (DUARTE; MATIAS, 2005). Santos (2008a, p. 39) complementa essa ideia compreendendo a formação espacial urbana “por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos [fixos] e sistemas de ações [fluxos], não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Para esse autor, como produtos diretos ou indiretos das ações, os fluxos instalam-se nos fixos e alteram o seu valor, ao mesmo tempo em que são modificados.

Como resultado de vários tempos vividos, a paisagem assume a fisionomia de um palimpsesto (PESAVENTO, 2007). Com base no tradicional enunciado ecossistêmico do geógrafo francês Jean Tricart, Hardt (2000, p. 15) a define, de forma genérica, como:

combinação dinâmica de elementos naturais (físico-químicos e biológicos) e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que, em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, e em permanente evolução, promovendo percepções mentais e sensações estéticas como um “ecossistema visto”.

Com base na anterior circunscrição do geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel do território como região de soberania de determinado Estado, conformando o conceito de “espaço vital”, Corrêa (2003) o compreende como área delimitada sob a posse de determinado grupo ou indivíduo. A essa conceituação pode ser associada a de lugar, o qual classicamente foi definido por Aristóteles como posição de um corpo em relação a outros (DUARTE; MATIAS, 2005). Contudo Santos (2008b) o considera como espaço produzido por duas lógicas: a das vivências cotidianas das pessoas e a dos processos econômicos, políticos e sociais. Nesse mesmo sentido, Tuan (2012, p. 198) afirma que consiste em área apropriada afetivamente, transformando um local indiferente em um “mundo de significado organizado”.

Speaks (2016) explica que significação corresponde ao sentido interpretado, variável ao longo de diversos momentos. “A sensação de tempo afeta a sensação de lugar na medida em que o tempo de uma criança pequena não é igual ao de um adulto, tampouco é igual sua experiência de lugar” (TUAN, 2012, p. 206). Essa experimentação também reforça o processo perceptual e condiciona os padrões comportamentais. Nesse âmbito, cabe destacar

ainda o conceito de identidade, sintetizado por Del Rio (1990) como o repertório coletivo de determinada sociedade. Para Lynch (2011), implica o reconhecimento específico de certos aspectos espaciais.

De outra maneira, Le Goff (2013) define memória como a conservação da lembrança, interpretando patrimônio como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro. Informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2017) explicitam que o patrimônio de caráter cultural não é restrito a imóveis isolados, igrejas ou palácios, mas se estende a propriedades privadas, setores urbanos e até mesmo a ambientes naturais de relevância paisagística, além de imagens, móveis, utensílios e outros bens. Nesse enquadramento, pode ainda ser tipificado em material e imaterial. Em relação ao primeiro tipo, a mesma fonte o estabelece como

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. [...] O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2017, s.p.).

Como o foco do presente estudo volta-se especialmente à cidade, a análise da sua memória é centrada no patrimônio material edificado, sendo abordadas, preliminarmente, as suas origens pretéritas.

MEMÓRIA DA CIDADE: LIÇÕES DO PASSADO

Ainda na Pré-História, com o domínio de técnicas agrícolas e a consequente formação de excedentes de produção, em um processo nominado por Childe (1981) de “revolução agrícola”, o ser humano apresentou paulatinamente a tendência de fixação (sedentarismo) em locais produtivos. Começou, então, a edificar suas aldeias, promovendo o fenômeno denominado pelo mesmo autor de “revolução urbana”. Com tendência ao traçado concêntrico e com centros marcados por elementos de referência, normalmente construídos (BENEVOLO, 2015), os núcleos urbanos pré-históricos contribuíram para a formação da base da memória da cidade em aspectos fundamentais do seu patrimônio cultural.

Apesar da utilização direta dos recursos naturais – pedras, madeira, folhas, barro, peles e ossos de animais, entre outros – para a construção dos espaços urbanizados, o extrativismo não provocava, em geral, impactos ambientais relevantes. Ao contrário, passaram a ser estabelecidas novas relações com o suporte natural, com adaptações para o clima, o uso da água, a domesticação da fauna e a transformação de terra e rochas em utensílios (JELLICOE; JELLICOE, 2010).

No caso do patrimônio intangível, ocorreu a formação de um dos marcos mais importantes da humanidade – a vida em sociedade –, com o estabelecimento de funções diferenciadas entre cidadãos (MUMFORD, 2001), determinando até mesmo o início da construção de legados imateriais.

[...] o homem passou da caverna ao esconderijo e ao acampamento, alcançando a aldeia e a pequena povoação [...], marcando a paisagem com expressivas obras em lugares célebres (batalhas) ou constituindo espaços sagrados (túmulos) e templos (sacrifícios e cerimoniais), dentre outras funções (HARDT; HARDT, 2007, p. 103).

De forma semelhante aos aglomerados pré-históricos, as cidades da Idade Antiga também eram fortemente dependentes dos recursos naturais. Independentemente da localização geográfica das civilizações – centrais, orientais ou ocidentais –, o traçado urbano era tendencialmente geométrico e retilíneo, sendo as cidades protegidas por muros e possuidoras de marcantes obras de técnica urbanística (BENEVOLO, 2015).

Como exemplos de patrimônio cultural vinculado a condições naturais, vale ressaltar a adoção de soluções de conforto microclimático, a exemplo de coberturas planas ajardinadas e de locais irrigados nas cidades mesopotâmicas, bem como de amplas áreas verdes em regiões urbanizadas orientais, inspiradas na própria natureza (JELLICOE; JELLICOE, 2010). Por sua vez, a evolução dos sistemas construtivos em pedra e barro permitiu a consolidação de expressivo patrimônio edificado da humanidade.

A ampliação do sistema de trocas, facilitadas pelo surgimento da moeda, permitiu o intercâmbio não apenas de mercadorias, mas também de fundamentos culturais, com proliferação de elementos construídos simbólicos assinalando a paisagem, seja em escala metafísica, como no Egito, seja em escala humana, como na Grécia e em Roma (BENEVOLO, 2015). Muitos desses elementos se prestavam a funções místicas, consolidando considerável patrimônio imaterial.

Em decorrência do fenômeno das invasões bárbaras, o ambiente compacto das cidades europeias na Idade Média, geralmente protegido por muralhas e com traçado labiríntico, teve, segundo Hardt e Hardt (2007, p. 105), sua origem “reportada a três situações peculiares: consolidação das cidades antigas, expansão dos burgos e surgimento de núcleos em entroncamentos viários destinados a feiras”. A constante luta pela sobrevivência reduziu a importância da presença da natureza no interior dos núcleos urbanos medievais, evidenciando a diferenciação entre a cidade e o campo (JELLICOE; JELLICOE, 2010).

Todavia a apropriação de alguns costumes de povos invasores, como a valorização de pátios e claustros, destinava especial atenção à utilização funcional de recursos naturais, a exemplo da água sob a forma de irrigação. Não obstante a opressão da Igreja Católica, derivando em reduzidas possibilidades de acesso ao conhecimento, períodos característicos como o Românico, o Árabe e o Gótico grifaram o patrimônio edificado (BENEVOLO, 2015), com destacada importância para a arquitetura religiosa, apesar das prováveis e incalculáveis perdas de bens imateriais no período. Essas supressões não são passíveis de mensurar porque, em função da insuficiência de registros sistemáticos à época, não se pode avaliar o que foi perdido em termos de memória coletiva.

De acordo com Hardt e Hardt (2015), as preocupantes condições de desconforto ambiental das cidades medievais eram provenientes, entre outros fatores, do mau odor e da deficiência de insolação e ventilação. Essas precariedades provocaram o racionalismo no período seguinte – Idade Moderna –, iniciado com o Renascimento, que concebeu a “cidade ideal”, e acompanhado pelo Barroco, que gerou a “cidade cenário”.

Durante o Renascimento, foram projetadas as chamadas “cidades clássicas” [...], com traçados regulares, em formato de estrela, cujas ruas irradiavam de espaços centrais com [...] finalidades estratégicas ou estéticas. O desenho dos espaços abertos urbanos era baseado na composição arquitetônica, com emprego sistemático das ordens antigas. [...] No Barroco, o traçado da cidade era semelhante, porém o espaço urbano ganhou maior movimento pelas composições com forte índole passional (“cidade cenário”); a simetria era relativa (em composição, mas não em detalhes), na procura por liberdade de composição [...] (HARDT; HARDT, 2007, p. 106).

Como reação aos problemas dos núcleos urbanos medievais, houve preocupação com a ventilação e com a insolação urbana, na busca de melhorar a qualidade ambiental, reforçada pela implantação sistemática de vegetação, com clara valorização de bens naturais

em associação ao patrimônio construído. De fato, é inquestionável o legado edificado desse período, diante, inclusive, da importância da arquitetura dos palácios nas metrópoles e das igrejas nas colônias. Também deve ser valorizada a sua herança imaterial, cuja relevância foi ampliada pela descoberta do Novo Mundo com as grandes navegações.

No Brasil, o início do desenvolvimento urbano no litoral foi fundamentado em três origens principais (HARDT; HARDT, 2007). A primeira foi atrelada a funções militares, formando cidades irregulares em pontos geográficos estratégicos. A segunda foi vinculada aos aldeamentos indígenas, cujos traçados em grade destacavam o largo da igreja matriz. A última, por sua vez, foi subordinada aos ciclos econômicos do açúcar, da mineração e do tropeirismo, com núcleos urbanizados que refletiam o estilo barroco na arquitetura e o medieval no traçado viário, conformando um peculiar patrimônio local.

Apesar dos registros históricos apresentados, muitos bens – edificados ou não – foram irremediavelmente perdidos ou danificados, muitas vezes por falta de consciência, restando então uma primeira reflexão acerca da responsabilidade individual e coletiva para garantir a preservação da memória da cidade. Também cabe outra ponderação sobre o imperativo de conscientização, pois boa parte do legado do passado, com diferenciadas expressões patrimoniais – materiais e imateriais –, foi estruturada com base em trabalho escravo e na opressão de classes menos abastadas. Há que se recordar que o fim dessa era foi marcado pela Revolução Francesa, como resultado de profundos problemas sociais paralelamente à proliferação de novos pensamentos humanísticos (LEFEBVRE, 2004), que ainda hoje influenciam alguns aspectos da sociedade.

MEMÓRIA NA CIDADE: REALIDADES DO PRESENTE

A Revolução Industrial constitui um dos fatos mais significativos da Idade Contemporânea, cujo período inicial é usualmente denominado de “era da máquina”. Paralelamente ao desenvolvimento tecnológico do período, a ocorrência de grandes crises mundiais e a aceleração do crescimento populacional geraram periferias com precárias condições sociais, sobretudo em países menos desenvolvidos. Segundo Benevolo (2015), essa nova configuração urbana foi resultante da presença das indústrias nas cidades, com resultados deletérios para o patrimônio natural e construído.

Em contraposição a essa tendência, o Romantismo retomou expressões sentimentalistas e naturalistas, culminando no movimento dos parques públicos e na criação de sistemas de áreas verdes, representando relevantes reações à deterioração da qualidade ambiental (JELLICOE; JELLICOE, 2010) e significativos avanços no campo da ecologia urbana. Da mesma maneira, a criação do Parque Nacional de Yellowstone, no fim do século XIX nos Estados Unidos, desencadeou a estruturação de unidades de conservação na maior parte do mundo, até em áreas urbanizadas, em um processo sem precedentes com vistas à proteção do patrimônio natural mundial.

Por outro lado, a intensidade de transformação do ambiente das cidades contemporâneas tem gerado inúmeras alterações do suporte natural e das próprias bases do sistema antrópico. Por decorrência, esse cenário amplia a complexidade e as dificuldades da gestão da herança cultural. A título de exemplificação, um dos problemas consiste na ampliação desproporcional de centros comerciais em áreas urbanizadas, como novos locais de uso coletivo e socialização por meio do consumo. Muitos desses espaços são caracterizados por Augé (2016) como “não-lugares”, os quais não têm identidade específica, tornando-se semelhantes entre si, independentemente da sua situação geográfica. Diferenciando-os da utopia, o autor afirma que não abrigam nenhuma sociedade orgânica.

Sem lugares ligados à sociabilidade e à cidadania, as cidades transformam-se em locais de circulação, de dormitório e de consumo rápido e permanente, reduzindo o sentimento de

pertencimento dos cidadãos (GEHL, 2014). Como alternativa para que os espaços históricos não se tornem “não-lugares”, vale citar a manutenção da vitalidade espacial, por intermédio da garantia da multifuncionalidade, da valorização dos atrativos culturais, da ampliação da qualidade estética e da adequação da infraestrutura, entre outros mecanismos de gestão urbana e patrimonial (PEDERSEN, 2002).

Outra opção se refere ao resgate da memória local, pela conservação tanto do acervo edílico e de sítios históricos, com o devido arranjo urbanístico, quanto de elementos imateriais. Para isso, faz-se mister a consideração do papel histórico da paisagem (HERRING, 2013) e a sua associação com a geração de renda, seja pela agregação de valores, seja pelo desenvolvimento de atividades compatíveis, as quais também podem promover a apropriação espacial, pela cultura e pelo lazer, por um lado, e por outro por demais formas sociais relacionadas.

Nesse quadro, como segunda reflexão, vale a abordagem de que a gestão do espaço urbano deve, invariavelmente, compatibilizar as necessidades de novas edificações com o imperativo da preservação do patrimônio, até mesmo com prevenção de impactos na paisagem, pois não basta a conservação de obras específicas; é imprescindível a proteção de cenários do entorno. Também deve ser mantida a funcionalidade local, com adequadas condições de fluidez, conforto e segurança, prevenindo-se riscos de processos de descaracterização patrimonial e de gentrificação socioespacial.

Tyler (2000) alerta para inovadores processos de urbanização, abrangendo várias tipologias de cidades, em que sejam minimizados os problemas atuais e interrompidas as tendências de ampliação do caos urbano. Há que se destacar, entretanto, a ponderação de que o ambiente urbanizado na contemporaneidade ainda é associado a relevantes condições de exclusão social, com diferenciadas formas de “escravagismo”, muitas vezes não percebidas nessa ótica. De qualquer maneira, é preciso ter em mente, a todo momento, que a situação de hoje abarca o patrimônio do amanhã.

CIDADE DA MEMÓRIA: TENDÊNCIAS DO FUTURO

Santos (2008b) descreve o processo de “mundialização”, também conhecido por “globalização”, como a homogeneização de usos, costumes e produtos, a qual, a princípio, poderá comprometer o próprio patrimônio da humanidade. Para De Masi (2000), em um futuro próximo a sociedade enfrentará mudanças significativas. Uma das questões básicas apontadas pelo autor corresponde à ampliação da longevidade do ser humano, com permanência prolongada de expressivos contingentes populacionais nas áreas urbanizadas, demandando locais apropriados à sua utilização. Simultaneamente, surgirá um extrato significativo de “novos idosos”, ou seja, de pessoas que estarão em processo de aposentadoria, mas que ainda permanecerão ativas, exigindo a criação de espaços urbanos para o seu desenvolvimento e gerando, se não adequadamente planejados, incertezas ao patrimônio urbanístico.

Outro item destacado consiste na chamada “tecnologia empática”, em que o desenvolvimento tecnológico poderá alcançar a concretização da “informática afetiva”, com estabelecimento de novos significados para os sistemas estudados por Santos (2008a) de fixos (objetos) e de fluxos (relações) nos espaços urbanizados. No contexto patrimonial, tais significados poderão ser, a princípio, favoráveis à preservação da urbe, pois de um lado, se convenientemente utilizada, a inovação poderá resolver impasses hoje insolúveis, e de outro a “sensibilidade” preconizada poderá valorizar a importância dos bens urbanos. Todavia ainda prevalece o incerto.

De Masi (2000) também alerta para o fato de que a economia tenderá a aprofundar diferenças estruturais entre nações; as situadas no Primeiro Mundo produzirão tecnologia, ao mesmo tempo em que aos países em desenvolvimento caberá a produção de bens

materiais, restando aos do Terceiro Mundo a provisão de matérias-primas e de produtos de menor qualidade. Portanto, a localização geográfica das cidades em âmbito global também circunscreverá uma estrutura financeira às administrações públicas, que condicionará as soluções urbanísticas. Perante esse cenário, novamente há dúvidas se os bens patrimoniais poderão ser deteriorados diante do favorecimento econômico de determinadas parcelas da sociedade urbana.

Associada a essa situação, De Masi (2000) destaca a tendência de investimentos em maquinário de elevado aporte tecnológico, sendo previsível a divisão quase paritária dos trabalhadores em atividades produtivas ou executivas, bem como em trabalhos criativos, já que as máquinas desempenharão as ações repetitivas da era industrial. Contudo praticamente a mesma parcela dos cidadãos encontrará dificuldades para garantir sua empregabilidade, e massa significativa de pessoas se voltará apenas ao consumo, restando como alternativa a redução das horas de trabalho para aumentar postos de emprego.

Tanto a presença de extenso contingente de desempregados quanto a mudança do tempo destinado às atividades produtivas exigirão novas ideias de estruturação das cidades e das suas funções. Nesse mesmo sentido, vale ressaltar outro tópico denominado por aquele autor de “plasmabilidade”, ou seja, a atual “nuvem informática” conduzirá o ser humano a graus ainda não experimentados de abstração, maximizando a falta de contato real e material com seus semelhantes. Nessa conjuntura, é previsível a redução da necessidade de novos espaços, resultando, dessa maneira, na conservação dos anteriores, os quais, invariavelmente, incluem aqueles relacionados à resistência do patrimônio edificado.

Essas últimas previsões permitem formular o prognóstico de aumento do tempo destinado ao lazer. Segundo De Masi (2000), há clara tendência para a união do estudo, do trabalho e do divertimento em um mesmo período, exigindo o abandono das áreas urbanas especializadas, com a sua substituição por locais multifuncionais. Essa também é uma possibilidade de valorização das áreas patrimoniais, pois, indiscutivelmente, uma das funções a serem distinguidas é representada pela cultura.

Com a progressiva ascensão da mulher no mercado de trabalho, também ocorrerá o amplo reconhecimento de valores femininos, com ênfase para a estética, sendo progressivamente exigido o embelezamento das cidades por meio do agenciamento das suas paisagens. Novos alertas devem ser registrados nesse sentido, de modo que as opções não recaiam sobre a destruição de bens de elevado significado cultural.

Por fim, e sem pretender o esgotamento do assunto, há que se destacar a alteração da noção de tempo. A chamada “cultura digital” possibilitará a transmissão do conhecimento de “muitos para muitos” quase instantaneamente, promovendo avanços tecnológicos que transformarão a percepção espacial, em âmbito tanto local quanto global. Se antes a circulação pela cidade se fazia a pé ou por meio de veículos com velocidades reduzidas, em pouco tempo a rapidez de deslocamento não possibilitará a apreensão dos lugares. Por sua vez, as “visitas virtuais” tendem a ultrapassar, em número, a visitação presencial dos núcleos urbanos. Portanto, resta novamente um conjunto de dubiedades sobre as consequências para o patrimônio urbanístico.

Diante do acentuado desenvolvimento da tecnologia, da continuidade da explosão demográfica, da ampliação do consumo de recursos naturais e da manutenção do ritmo de crescimento das cidades, além de outros aspectos anteriormente mencionados, Hardt e Hardt (2007, p. 107) alertam para a predisposição futura de “formação de um cenário em que o uso dos recursos naturais se aproxima da exaustão e a estratificação da sociedade pode ser ampliada [...]”. Os autores também aventam a possibilidade de “abolição progressiva da propriedade privada do solo em algumas comunidades, contraposta à concessão do seu uso em áreas urbanas”. Por sua vez, Kalb e Flores (2017) realçam que, às características de sociedades complexas, podem ser associados os interesses imobiliários como causa de relevantes impactos à herança patrimonial.

Como reflexão final, ressalta-se que os principais vetores de convergência para o futuro desenvolvimento urbanístico devem considerar as tipologias que levem em conta as relações harmônicas da urbanização com o seu patrimônio, resguardando a ponderação do imperativo de eliminar as desigualdades sociais. Essa condição perpassa, conforme apregoa Roe (2013), pela participação solidária da população na formulação de apropriadas políticas públicas para a produção dos seus cenários cotidianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte da história humana, a cidade presenciou situações mutáveis e percorreu trajetos diferenciados, mesmo constituindo um fato geográfico e social muito recente. Embora sejam frequentemente ressaltadas a importância e a atualidade do tema abordado, as análises pretéritas indicam que muitas das questões patrimoniais remontam à própria origem dos núcleos urbanos.

Destarte, ao mesmo tempo em que a formação das sociedades permitiu o compartilhamento de determinados benefícios entre os cidadãos, muitos centros urbanizados em diversos períodos anteriores foram expandidos sem a necessária atenção ao seu patrimônio edificado, resultando em perdas incalculáveis. Ressalta-se, ainda, o fato de que várias cidades foram – e ainda são – construídas sob a salvaguarda da exploração do trabalho humano e da segregação de classes sociais, gerando profundas e prolongadas tensões, perturbadoras de eventuais negociações.

Assim, à interpretação das lições do passado é preciso relacionar a adequada gestão das realidades do presente, para que haja a devida estruturação dos caminhos do planejamento para as tendências do futuro. A essas premissas devem ser associadas a proteção (preservação) e a manutenção (conservação) do patrimônio edificado, minimizando as necessidades de sua reparação (restauro), bem como de revitalização dos espaços urbanizados. Paralelamente, não podem ser relegadas das sociedades urbanas as heranças imateriais. Como corolário, conhecimentos aprofundados e processos inovadores tornam-se imperativos à promoção de cidades memoriais.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas: Papirus, 2016. (Travessia do século.) (Título original: *Non-lieux: introduction a une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Editions de Seuil, 1992.)

BENEVOLO, L. **História da cidade**. Tradução de Silvia Mazza. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Título original: *Storia della città*. Roma; Bari: Laterza, 1975.)

CHILDE, G. **A evolução cultural do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Título original: *Man makes himself*. Londres: Watts and Co., 1936.)

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Tradução de Léa Manzi. São Paulo: Sextante, 2000. (Título original: *L'ozio creativo*. Roma: Ediesse, 1995.)

DUARTE, M. de B.; MATIAS, V. R. da S. Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 16, p. 190-196, out. 2005.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Título original: *Cities for people*. Washington: Island, 2010.)

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. (Título original: *La mémoire collective*. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1967.)

HARDT, L. P. A. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana**: aplicação a Curitiba, Paraná. 2000. 323 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

_____; HARDT, C. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 23, p. 101-107, 2007.

_____; _____. Desenvolvimento, cultura e cidade: uma trilogia (re)visitada. In: MEDINA, J. C. C.; BRASILEIRO, M. D. S. (Orgs.). **Desenvolvimento e cultura**. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2015. p. 45-73.

HERRING, P. Valuing the whole historic landscape. In: HOWARD, P.; THOMPSON, I.; WATERTON, E. (Eds.). **The Routledge companion to landscape studies**. Abingdon; Nova York: Routledge, 2013. p. 166-178.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

JELICOE, G.; JELICOE, S. **The Landscape of man**: shaping the environment from prehistory to the present day. 4. ed. Nova York: Thames & Hudson, 2010.

KALB, C. H.; FLORES, M. B. R. A invenção de um discurso de patrimônio na cidade de Joinville (SC): políticas públicas na construção de unidades de interesse de preservação – UIP. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 6, n. 1, p. 9-17, mar. 2017.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. 4. reimp. Belo Horizonte: Núcleo de Geografia Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2004. (Título original: *La revolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.)

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. (Título original: *Histoire et mémoire*. Paris, FR: Gallimard, 1988)

LYNCH, K. A. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The image of the city*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1960.)

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Título original: *The city in history: its origins, its transformations, and its prospects*. San Diego: Harcourt, Brace and World, 1961.)

PEDERSEN, A. **Managing tourism at world heritage sites:** a practical manual for world heritage site managers. Paris: World Heritage Centre; Unesco, 2002. (World Heritage Manuals, 1).

PESAVENTO, S. J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboços**, Florianópolis, n. 11, p. 25-30, 2007.

ROE, M. Landscape and participation. In: HOWARD, P.; THOMPSON, I.; WATERTON, E. (Eds.). **The Routledge companion to landscape studies**. Abingdon; Nova York: Routledge, 2013. p. 335-352.

SANTOS, E. A. dos. Planejando com a paisagem. In: KAHTOUNI, S.; MAGNOLI, M. M.; TOMINAGA, Y. (Orgs.). **Discutindo a paisagem**. São Carlos: Rima, 2006. p. 99-120. (Paisagem aberta).

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008a. (Milton Santos).

_____. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008b. (Milton Santos).

SPEAKS, J. Theories of meaning. In: ZALTA, E. N. **The Stanford encyclopedia of philosophy**. 2016. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2016/entries/meaning/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

TUAN, Y-F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012. (Título original: *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1974.)

TYLER, N. **El diseño de la ciudad del futuro:** ciudadano sostenible? 2000. Disponível em: <<http://www.ucl.ac.uk>>. Acesso em: 25 jan. 2017.